

**HABEAS CORPUS Nº 493.363 - DF (2019/0042223-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : ANA CRISTINA AMAZONAS RUAS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : WESLEY RICARDO DE SOUSA LACERDA - DF026566  
ANA CRISTINA AMAZONAS RUAS - DF024726  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS  
TERRITORIOS  
**PACIENTE** : ANTONIO CESAR CAMPANARO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTONIO CESAR CAMPANARO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0720153-17.2018.07.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso preventivamente no dia 10/10/2018 porque seria líder de uma organização criminosa especializada no tráfico de drogas e explosão de caixas eletrônicos, apurado em investigação policial (e-STJ fl. 591).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem alegando, em síntese, que estariam ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, asseverando que o paciente possui ocupação lícita, residência fixa e bons antecedentes (e-STJ fl. 138). O Tribunal, contudo, denegou a ordem recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 137):

*HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS E RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS PRESENTES. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA.*

Na presente oportunidade, o impetrante reitera as alegações anteriores e complementa que os decretos de prisões se mostram genéricos, pois não há qualquer delimitação ou individualização da conduta do paciente, e que as operações policiais não resultaram em apreensão de qualquer objeto ilícito ou substância entorpecente.

Ressalta que os crimes imputados não possuem como elemento constitutivo violência ou grave ameaça, tendo sido a prisão decretada com base apenas na gravidade abstrata dos crimes imputados.

Ainda, alega que o paciente foi preso preventivamente junto com outras 40 pessoas, em situação idêntica e homogênea, sendo concedida a liberdade a outros denunciados, razão pela qual também faz jus à extensão do benefício.

Aduz, por fim, haver excesso de prazo na formação da culpa, destacando o tempo de prisão cautelar – mais de 120 dias preso, sem o encerramento da instrução processual.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a extensão de liberdade provisória concedida aos corréus, expedindo-se o competente alvará de soltura. Alternativamente, postula a substituição da prisão preventiva por domiciliar com monitoramento eletrônico ou por medidas cautelares diversas da prisão, conforme o art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, a prisão foi decretada e mantida para resguardar a ordem pública, em razão da elevada periculosidade do paciente, como se depreende do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fls. 139/140, *grifei*):

*Consta dos autos que a polícia deflagrou a operação Ilha da Fantasia para investigar a prática dos crimes de tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro promovida pelo paciente,*

*vulgo "Toninho do Pó" e seu grupo criminoso. No curso da investigação, descobriu-se que o paciente diversificou sua atividade criminosa e passou a praticar furto/roubo de cargas e falsas comunicações de crimes. Formou-se uma organização criminosa com o objetivo de praticar esses delitos.*

*A decisão da Primeira Vara de Entorpecentes do Distrito Federal registra que o apelante é o líder da organização criminosa que atua em crimes como furto/roubo/receptação de cargas, tráfico de drogas e pratica lavagem de dinheiro dos produtos desses delitos. Ressalta que o paciente é responsável por negociar carregamentos de drogas e transportá-las para o Distrito Federal (ID nº 6250926).*

*Assevera, ainda, que o paciente já foi preso por tráfico de drogas e logrou fugir algemado da polícia e que os diálogos interceptados apontam para a continuidade de atividades relacionadas ao tráfico de drogas, bem como há suspeitas de ocultação de outros entorpecentes e planejamento de carregamentos de drogas de outros Estados (ID nº 6250926).*

*Consta do relatório policial que o paciente se envolveu na comercialização de uma carga de roupas furtadas das Lojas Renner avaliada em R\$ 3.000.000,00, uma carga de 20.000 sandálias e 3 tratores furtados em Santa Catarina. Com efeito, há no relatório policial diversos diálogos entre o paciente e outros indivíduos acerca da negociação de produtos de origem ilícita, inclusive em outros Estados da Federação.*

*[...] No que se refere ao periculum libertatis, nenhuma dúvida há acerca da necessidade de ser o paciente mantido no cárcere, pois a conduta a ele imputada é grave e as circunstâncias fáticas em que ocorreram fundamentam a sua custódia para a garantia da ordem pública.*

*Verifica-se que o Juízo da Vara Criminal e Tribunal do Júri do Recanto das Emas, ao decretar a prisão preventiva, asseverou que o paciente e os demais autuados se organizaram de forma estruturada, com o objetivo principal de cometer crimes, o que restou demonstrado pelas escutas telefônicas (ID nº 6250927).*

*Ademais, como bem consignou a autoridade apontada como coatora: "Noticia-se que o grupo, articulado com clara divisão de tarefas, possui arsenal bélico, negociam armas, possuindo fornecedores de tais itens". Consignou, ainda, que há nos autos provas de que o grupo criminoso praticava os crimes de "tráfico de substâncias entorpecentes, roubo, furtos, receptações e lavagem de dinheiro, dentre outros, alguns deles que possuem pena máxima superior a 4 (quatro) anos".*

*Na hipótese dos autos, a autoridade policial relata que a organização criminosa praticava furtos e roubos de carga, de*

*modo que há indícios de crimes praticados mediante grave ameaça: "há indicativos nos autos sigilosos de que algumas ações possam ter sido realizadas com o uso de ameaça e/ou violência a pessoas inclusive".*

*Por sua vez, a Procuradoria de Justiça destacou que o paciente, líder da organização criminosa, "possui ligações com o PCC e com o traficante Fernandinho Beira Mar, bem como outros traficantes da região Nordeste do país" e Santa Catarina (ID 6419016).*

*Diante de todos esses fatos, presume-se que a liberdade do paciente, neste momento, representa sério risco à garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta dos fatos a ele atribuídos, bem como da suspeita de liderar organização criminosa extremamente articulada que cometeu vários crimes de tráfico de drogas e de receptação.*

Vale ressaltar que o paciente é indicado o suposto líder da organização criminosa em questão, como se confere dos autos, o que, por ora, afasta qualquer semelhança em relação aos corréus, os quais, segundo consta da inicial, obtiveram liberdade provisória. Ademais, ao que parece, a defesa não fez este questionamento no writ originário, configurando indevida supressão de instância.

Lado outro, eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade e bons antecedentes, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

Quanto a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, ao que parece, não foi previamente submetida à análise do Tribunal estadual, o que inviabiliza a apreciação direta por esta Corte, por configurar indevida supressão de instância.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião

do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo Colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

